

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO**Sessão de 20 de maio de 93
de 19

ACORDÃO Nº 101-85.192

Recurso nº: 70.449 - PIS/DEDUÇÃO - EX. de 1988

Recorrente: LABORTÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Recorrida: D.R.F. EM JOÃO PESSOA - PB

I.R.P.J. - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/DEDUÇÃO -
PROCEDIMENTO REFLEXO - O decidido no processo
principal, em razão do princípio da decorrência,
aplica-se por inteiro aos procedimentos que lhe
sejam decorrentes.

Recurso conhecido e provido.

*Vistos, relatados e discutidos os presentes autos
de recurso interposto por LABORTÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.*

*ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro
Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento
ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o
presente julgado.*

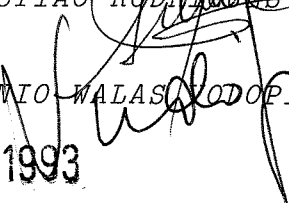
Sala das Sessões (DF), em 20 de maio de 1993


MARIAM SEIF

-PRESIDENTE

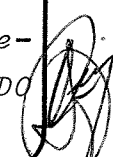

SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL

-RELATOR

VISTO EM
SESSÃO DE:
ANTÔNIO WALASCHODOPIVÉS-PROCURADOR DA FAZEN
DA NACIONAL

23 SET 1993

*Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conse-
lheiros: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES, JEZER DE OLIVEIRA CÂNDIDO*



RAUL PIMENTEL, CELSO ALVES FEITOSA, FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA e SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL.



Inter
com
Fed
pel
de

... para a ...
... de ...
... de ...
... de ...

de

com
pro
eme

1991 32 3 2

RECURSO Nº: 70.449

ACÓRDÃO Nº: 101-85.192

RECORRENTE: LABORTÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

R E L A T Ó R I O

LABORTÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., pessoa jurídica, inscrita no C.G.C. - M.F. sob nº 09.122.078/0001-53, não se conformando com a decisão proferida pelo Delegado da Receita Federal em João Pessoa - PB, recorre a este Conselho conforme petição de fls. 88/89, na pretensão de reforma da mencionada decisão da autoridade julgadora singular.

A peça básica nos dá conta de que o lançamento tributário decorre de:

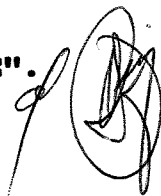
"Lançamento decorrente da fiscalização do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, na qual foi apurada redução indevida da base de cálculo daquele tributo, gerando insuficiência na determinação da base de cálculo desta contribuição."

Inaugurada a fase litigiosa do procedimento, o que ocorreu com a protocolização da peça impugnativa de fls. 07 a 14, foi proferida decisão pela autoridade julgadora monocrática, cuja ementa tem esta redação:

"Processos Decorrentes do IRPJ

Tratando-se de autuações reflexas é de ser mantido o mesmo tratamento dado ao processo principal de IRPJ, quando as alegações de defesa não apresentam argumentos diferenciados, de direito e de fato.

AÇÃO FISCAL PROCEDENTE".



ACÓRDÃO Nº: 101-85.192

Cientificado dessa decisão em 19 de novembro de 1991, o contribuinte ingressou com seu apelo para esta Segunda Instância Administrativa, protocolizado no dia 11 de dezembro seguinte, onde reconhece tratar-se de tributação reflexa e de estar recorrendo no processo principal por considerar injustificada e ilegítima a cobrança que naqueles autos está sendo promovida.

É o relatório.

V O T O.

Conselheiro SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, Relator:

O recurso foi manifestado no prazo legal. Conheço-o por tempestivo.

Do relato se infere que a presente exigência decorre de outro lançamento levado a efeito contra a mesma pessoa jurídica, onde foram apuradas irregularidades que acarretaram pagamento a menor do Imposto de Renda devido nos exercícios de 1988 a 1990, anos-base de 1987 a 1989.

Esta Câmara, ao julgar o Recurso protocolizado sob nº 102.127, deu-lhe provimento, conforme faz certo o Acórdão nº 101-85.135, de 18 de maio de 1993, assim ementado:

"I.R.P.J. - CONTRATO DE MÚTUO - VARIAÇÃO MONETÁRIA - JUROS - DEDUTIBILIDADE - A variação monetária e os juros creditados pela mutuária em favor da mutante, em decorrência do negócio jurídico de mútuo, constituem dispêndios que se caracterizam como despesas operacionais e, por essa razão, são dedutíveis para efeito de apuração do lucro real.

Recurso conhecido e provido."

Em observância ao princípio da decorrência, e sendo certo a relação de causa e efeito existente entre as matérias litigadas em ambos os processos, o decidido no processo principal aplica-se, por inteiro, aos procedimentos que lhe sejam decorrentes.

Voto, pois, pelo provimento do recurso.

Brasília-DF, 20 de maio de 1993.

SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL - Relator

